

mobilização política excessiva, enquanto eram exaltados os benefícios da ordem política em países menos desenvolvidos (Huntington 1968).

O debate continua até o presente, conforme resumem Kuklinski e Peyton (2009) ao avaliar revisões dos resultados encontrados pelas primeiras pesquisas em comportamento político e competência do eleitor. Uma dessas revisões questiona a pretensa capacidade política e intelectual dos poucos “privilegiados”. Mesmo esses indivíduos altamente partidizados fazem ginásticas mentais não razoáveis para tentar manter alguma congruência em suas atitudes políticas. É seu conhecimento de política que lhes provê o conhecimento necessário ao malabarismo lógico que fazem. Outra abordagem afirma que todos os cidadãos carecem de atitudes políticas reais, de crenças e preferências políticas completas e coerentes. Ainda uma terceira abordagem argumenta que, embora haja diferenças entre os mais e os menos informados, o percentual de cidadãos que tem alguma sofisticação política é muito maior do que as pesquisas iniciais presumiam - ou porque a medição estava incorreta ou porque a sofisticação aumentou como consequência da modernização social. Esses estudos indicam que a sofisticação dos eleitores é significativamente afetada pelo ambiente político, e suas atitudes são baseadas nas informações que recebem. O nível de esforço empregado pelo público para chegar a decisões relativamente razoáveis é dosado com o uso de emoções, atalhos, simplificações, ideologias, heurísticas, pistas, entre outros fatores contextuais. Esta explicação contextual da sofisticação política é mais bem apoiada por estudos transnacionais, que indicaram que a sofisticação varia muito entre as nações devido à estrutura do sistema partidário e à disponibilidade de informações ideologicamente orientadas, entre outros fatores. (Gordon e Segura, 1997; Klingemann, 1979).

Em resumo, conclusões caminham em direções opostas ainda que frequentemente sejam baseadas nas mesmas pesquisas de opinião pública. O sentido depende de como é pensado o comportamento político e o papel dos cidadãos no processo democrático, isto é, depende da competência cívica atribuída aos cidadãos (Kriesi, 2005).

Dalton e Klingemann propõem uma abordagem para pensar sobre a sofisticação política dos cidadãos diferente da abordagem convencional, a qual pergunta se os eleitores atendem às expectativas ideais dos teóricos clássicos da democracia. Em vez disso, afirmam ser mais produtivo observar como as pessoas fazem escolhas políticas na prática. Essas escolhas são estruturadas por instituições (regras formais e informais) e agregadas de todo o eleitorado para chegar a uma decisão democrática.

O debate contínuo é importante para a pesquisa sobre comportamento político, porque foca na questão do que a democracia espera de seus cidadãos e se essas expectativas são cumpridas. Na disputa, reformulou-se nossa compreensão sobre como as pessoas fazem suas escolhas políticas, pois as ideias elevadas da teoria democrática clássica presumiam um processo racional de tomada de decisão por um eleitorado completamente informado. No entanto, agora se entende que essa